

João O. Salvador



Contratempos

●●●●● Clima festivo, de descontração, sol a pino, chegada da estação que empolga aos que seguem os ditames da moda, de culto ao corpo, da derme bronzeada pelo lagartear nas praias, piscinas ou nas lajes. Época alegre, de férias escolares, dos festejos natalinos, da passagem de ano, comilanças e bebedeiras, menos para os que sofrem dos transtornos da saturação hídrica, os residentes em área de risco de inundações, da água nivelada pelo pescoço.

As imagens da viela formada numa mata pelo arraste de árvores, pedras e casas, as da destruição de um patrimônio histórico, da queda de uma ponte e dos alagamentos prejudiciais aos cidadãos urbanos e ruralistas, tornaram-se repetitivas.

Para os exímios esquivadores, o culpado é o primeiro ministro celeste, o manda-chuva, que abre as comportas sem avisos, para corroborar as atitudes siamescas e cadavéricas da natureza.

O aguaceiro é um fenômeno físico, natural e continuará a ocorrer, com maior ou menor intensidade, cujos danos estão ligados à interferência humana no ciclo hidrológico, na qual se inclui o descontrole ocupacional dos morros ou várzeas pela população de baixa renda, empurrada para a periferia, em razão do inchaço urbano.

As encostas, quando habitadas de forma imprudente, transformam-se numa concentração de moradias capengas, cujos inquilinos não respeitam qualquer legislação, seja de qualquer natureza. Ao fragilizarem um ecossistema a montante, acelera-se o processo erosivo, que, por sua vez, assoreiam os rios. Desta maneira, os ocupantes das várzeas, que funcionam como reguladoras e de equilíbrio natural no escoamento da água dos rios, são surpreendidos pelos transbordamentos.

Sabe-se que nos grandes centros urbanos também há formação de pontos alagadiços, com transtornos enormes no trânsito e prejuízos incalculáveis às indústrias e comércio. Na verdade, a incongruência está na rede de drenagem mal dimensionada, na impermeabilização do solo e no lixo que entope os bueiros. Em cidades grandes, como São Paulo, por exemplo, matas e córregos foram substituídos por milhares de alqueires de asfalto e ladrilhos e impedem a infiltração da água. A verticalização acentuada, por outro lado, gera mais calor, acentua a evaporação, e, daí, chuvas mais frequentes.

Com isso, os deslizamentos e enchentes são atribuídos aos deslizamentos de governos, mas a população cresce e dificulta a cria-

ção de um plano habitacional infraestruturado para as comunidades sujeitas aos perigos causados pelo movimento gravitacional da água.

O poder público vem socorrendo os desabrigados, mas o seu dever é planejar com maior visão de futuro. Pensar, acima de tudo, numa composição administrativa com técnicos competentes, diferentes dos que vivem sob os holofotes da mídia em época dos contratempos, como donos da verdade.

Um administrador jamais deve rejeitar parceria com uma universidade, local de gente gabaritada para colaborar num profundo estudo sobre a criação de mapas geotécnicos, hidrológicos, do uso adequado da ocupação dos solos. Por último, há que manter um mecanismo fiscalizador atuante, no sentido de coibir as atividades predatórias do meio físico e as formas de ocupações irregulares - parte atrelada as especulações imobiliárias -, de cutucar a consciência dos cidadãos, até que seja possível promover uma reforma urbana mais digna, mais humana e por justa causa.

João O. Salvador é biólogo do Cena (Centro de Energia Nuclear na Agricultura) - USP (Universidade de São Paulo). E-mail: salvador@cena.usp.br